

**André Azevedo da
Fonseca**

Professor e pesquisador
no Centro de Educação,
Comunicação e Artes
(CECA) na Universidade
Estadual de Londrina
(UEL).

**Mapear, articular, formular e
sistematizar: o Encontro
Nacional dos Estudantes
de Comunicação na
virada do século**

**Mapping, articulating,
formulating, and
systematizing: the National
Meeting of Communication
Students at the turn
of the Century**

**Mapear, articular, formular
y sistematizar: el Encuentro
Nacional de los Estudiantes de
Comunicación en el
cambio de siglo**

RESUMO

A Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos) é uma organização que atua na articulação de centros e diretórios acadêmicos dos cursos de Comunicação do Brasil. A partir da análise do contexto que condicionou as crises ideológicas das novas gerações de estudantes na virada do século, a pesquisa efetua um estudo de caso sobre as ideias políticas que circularam no Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecom) do ano 2000. Para isso, sob a perspectiva da micro-história, realizamos uma pesquisa bibliográfica e uma análise documental em um conjunto de fontes primárias e secundárias. Concluímos que o evento foi marcado mais por uma tentativa de organização de suas práticas e pela busca de uma nova identidade do que pela formulação de diretrizes objetivas no campo do ensino de Comunicação.

Palavras-chave: UNE; Enecom; Enecos; movimento estudantil; Fórum Social Mundial.

ABSTRACT

The National Executive Office of Communication Students (Enecos) is an organization that acts in the articulation of academic centers and directories of Communication courses in Brazil. Based on the analysis of the context that produced the ideological crises of the new generation of students at the turn of the century, the research carried out a case study on the political ideas that circulated at the 2000 National Meeting of Communication Students (Enecom). To do so, we performed a literature and a desk research in a set of primary and secondary sources based on a micro-history perspective. We conclude that the event was marked more by an attempt to organize its practices and by the search for a new identity than by the formulation of objective guidelines in the field of Communication teaching.

Keywords: UNE; Enecom; Enecos; student's movement; World Social Forum.

RESUMEN

La Ejecutiva Nacional de los estudiantes de Comunicación (Enecos) es una organización que actúa en los centros y directorios académicos de los cursos de Comunicación del Brasil. A partir del análisis del contexto que condicionó las crisis ideológicas de las nuevas generaciones de estudiantes en el cambio de siglo, la investigación efectúa un estudio de caso sobre las ideas políticas que circularon en el Encuentro Nacional de los Estudiantes de Comunicación (Enecom) en el año 2000. Para eso, bajo la perspectiva de la micro-historia, realizamos una investigación bibliográfica y un análisis documental en un conjunto de fuentes primarias y secundarias. Concluimos que el evento fue marcado más por una tentativa de organización de sus prácticas y por la búsqueda de una nueva identidad que por la formulación de directrices en el campo de la enseñanza de Comunicación.

Palabras clave: UNE; Enecom; Enecos; movimiento estudantil; Foro Social Mundial.

Submissão: 25-11-2015

Decisão editorial: 9-10-2016

Introdução

A história da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos), organização que procura articular centros e diretórios acadêmicos dos cursos de Comunicação do Brasil, sempre foi perpassada por crises, disputas, rupturas e refundações (ENECOS, s/d). Um dos períodos críticos de sua história ocorreu na virada do século 21, no contexto das crises ideológicas e das lutas de representação entre o próprio movimento estudantil. A perplexidade diante os desafios do seu tempo e a busca por referências que pudessem nortear seus programas provocaram, antes de tudo, a necessidade de uma reformulação de suas próprias dinâmicas de trabalho.

Este artigo propõe-se à análise desse contexto e à compreensão dos esforços empreendidos pela Enecos naquela circunstância na busca por soluções ao impasse que experimentavam. Para isso, efetuamos uma análise da documentação referente ao Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecom) realizado em 2000, situando o evento no complexo contexto político-ideológico da virada do século. Entendemos que a compreensão deste caso em particular contribui para reflexões mais amplas sobre os desafios experimentados pela variedade de manifestações do movimento estudantil naquele período.

A historiografia recente já demonstrou que, ao contemplar a diversidade de fenômenos que atuam de forma interdependente ao seu macrocontexto, estudos dessa natureza oferecem contribuições relevantes ao esforço de ampliar o panorama de análise histórica. Há alguns anos, a história política e a micro-história têm se interessado por novas abordagens até então renegadas pela historiografia tradicional. A influência da ciência política e da sociologia provocou a reformulação dos questionamentos e estimulou uma significativa renovação das pesquisas nesse campo. Deste modo, as noções de “representação” ou de “consenso”, conceitos já consolidados na reflexão sociológica contemporânea, contribuíram para lançar “uma nova luz sobre acontecimentos e fenômenos cujo segredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado” (RÉMOND, 2003, p. 30).

Como demonstra Bernstein (apud REMOND, 2003, p. 88) o termo “cultura política”, que durante muito tempo referiu-se apenas a uma elite intelectual capaz de formular claramente seus princípios ideológicos, atualmente também é aplicado para designar as opiniões das massas que não se fundamentam necessariamente em discussões teóricas. Essa cultura difusa, demonstra Berstein, se expressa por meio de um sistema complexo de referências culturais, tais como “lembranças históricas comuns, heróis consagrados, documentos fundamentais (que nem sempre foram lidos), símbolos, bandeiras, festas, vocabulário de palavras codificadas etc.”

É assim que os historiadores contemporâneos atribuem hoje uma importância fundamental aos ritos como expressão de uma cultura política específica,

remetendo aqueles que dela participam a todo um contexto implícito cujo conteúdo ideológico eles sentem e nem sempre podem exprimir. (BERSTEIN apud REMOND, 2003, p. 88).

A partir dessa perspectiva, o historiador da política tem condições de identificar a “linguagem comum simplificada” (BERSTEIN apud REMOND, 2003, p. 89-91) pela qual os agentes históricos conseguem expressar sua ideologia, de modo a serem compreendidos por todos. “Não é necessário ter lido os autores tradicionalistas para pertencer à família política que reivindica as suas ideias”, explica Bernstein; pois “basta comungar com os elementos permanentes de uma tradição”, expressa em “um conjunto de crenças que permite integrar os membros do partido numa comunidade quase espiritual” (BERSTEIN apud REMOND, 2003, p. 89-91).

Assim como a cultura política é apenas em parte elaborada pelos intelectuais, as ideias políticas tampouco são formuladas apenas por filósofos e teóricos, mas também pelo homem comum, integrado ao seu contexto histórico, além dos criadores, mediadores culturais e pensadores “secundários”, tais como professores, jornalistas célebres e escritores de grandes tiragens – que se tornam representativos precisamente por sua notoriedade.

Por tudo isso, Winock (apud REMOND, 2003, p. 278) afirma que a pesquisa histórica não deve desprezar a manifestação corriqueira do pensamento político, expressa em clichês, ideias prontas, preconceitos, crenças coletivas, mitos, palavras de ordem, slogans e mesmo na vulgarização das grandes obras, “seja nos manuais escolares, na vulgata das organizações políticas”, argumenta o historiador, “seja através da

imprensa, das canções, dos congressos e dos banquetes, dos discursos e das moções, dos panfletos"; além, evidentemente, da balbúrdia de símbolos sonoros ou visuais dos novos meios de comunicação (WINOCK apud RÉMOND, 2003, p. 278).

A atenção às mediações e aos mediadores é uma necessidade metodológica imperiosa quando o historiador deseja avaliar o movimento das ideias na sociedade. Não se deve desconsiderar que os sujeitos são submetidos diariamente aos discursos "infra- e metapolíticos" veiculados na imprensa, e que esse contato é muito maior que o acesso às obras dos teóricos. O jornal passou a ser "o pão de cada dia da política contemporânea" (WINOCK apud RÉMOND, 2003, p. 282). Por isso, constitui "a fonte mais rica, a que esposa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a 'doutrina' e os 'fatos'" (WINOCK apud RÉMOND, 2003, p. 282).

Em razão de nosso interesse pelo estudo das práticas e representações, tal como aponta Chartier (1985), esta pesquisa de história política emprega aportes da comunicação e da história cultural, áreas interessadas nas "classificações, divisões e delimitações" que condicionam a apreensão do mundo social. "São esses esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado" (CHARTIER, 1985, p. 17).

Em termos metodológicos, o presente estudo de caso (YIN, 2001) é realizado a partir de pesquisa bibliográfica e análise documental em uma seleção de fontes primárias e secundárias, constituída por sites, jornais estudantis, relatório de seminário

e artigos de jornais disponíveis nos arquivos digitais da Enecos. Segundo Moreira (apud DUARTE, 2005), a análise documental consiste em “um conjunto de operações intelectuais que têm como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação”. Mais que localizar, identificar, organizar e avaliar os documentos, o método é eficiente para relacionar os fatos ao contexto e observá-los a partir de novas perspectivas, “sem deixar de respeitar a substância original dos documentos” (MOREIRA apud DUARTE, 2005, p. 276.). O resultado desta “garimpagem” (PIMENTEL, 2001) constituiu-se em nosso objeto de pesquisa.

Para desenvolver o trabalho analítico, organizamos o material a partir das técnicas do fichamento, levantamento quantiquantitativo de termos e assuntos recorrentes e elaboração de códigos para facilitar o manuseio e controle, seguindo os procedimentos apontados por Pimentel (2001, p. 184). Para isso, contamos com as fichas de leitura e construímos quadros de termos-chave nos quais acrescentamos nossas observações no decorrer da leitura. O objetivo destes procedimentos foi sistematizar os dados e estabelecer as relações entre os documentos e o contexto histórico levantado anteriormente na pesquisa bibliográfica. No decorrer do trabalho analítico, empreendemos o processo de “codificação, interpretação e de inferências sobre as informações contidas nas publicações, desvelando seu conteúdo manifesto e latente”, de acordo com os passos de Pimentel (2001, p. 189). Com isso, firmamos um conjunto de indicadores que se constituíram no alicerce da pesquisa.

Crises no movimento estudantil

Nos primeiros anos do século 21, o movimento estudantil passava por uma crise de identidade e buscava reformular suas práticas de organização. Um julgamento comum que a imprensa da época registrava era que as agremiações estudantis haviam sido definitivamente cooptadas pelos partidos de esquerda, tornando-se meros instrumentos a serviço de estruturas burocráticas, perdendo, assim, a independência, a representatividade e a legitimidade no cenário político nacional.

Em um artigo da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, Frias Filho (2001) criticava o que considerava aparelhamento da UNE e elogiava uma nova mentalidade capitalista de universitários ligados à ideia de Empresa Júnior. Assim, ele comemorou sua própria conclusão de que, ao lado desses “fíteres do Partido Comunista”, havia uma geração “mais egoísta, competitiva e alienada”, mas também “mais esclarecida, mais informada e menos sujeita a clichês e a lugares-comuns” (FRIAS FILHO, 2001). O jornalista acreditava que ainda era cedo para afirmar o surgimento de uma nova onda do movimento estudantil. Mas felizmente, para ele, a “despolíticação” dos estudantes desvinculados do “aparelho” do Partido Comunista parecia ser completa.

Além disso, uma grande polêmica iria se arrastar pela passagem do milênio, quando as organizações estudantis passaram a ser sistematicamente acusadas de abusos e fraudes milionárias na chamada “indústria das carteirinhas” (SINECURA ESTUDANTIL, 2001). O próprio Ministério da Educação entrou no debate propondo o “fim do monopólio” da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estu-

dantes Secundaristas (Ubes) na emissão da carteira estudantil. “Não é razoável que a UNE e suas congêneres obtenham suas dotações extorquindo alunos”, registrou um editorial da *Folha de S. Paulo* (SINECURA ESTUDANTIL, 2001). A imagem pejorativa amplamente disseminada pela imprensa era a de uma UNE que havia se reduzido a uma organização mesquinha dedicada prioritariamente ao comércio de carteirinhas de meia-entrada.

No intuito de recuperar o protagonismo, algumas vertentes do movimento estudantil buscavam outros caminhos para direcionar sua militância política. E isso não era tarefa fácil. Desde os anos 1980, e sobretudo após a queda do Muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a repercussão da hipótese do fim da história (FUKUYAMA, 1989) – que sugeria a vitória derradeira da democracia liberal – as políticas neoliberais haviam conquistado ampla hegemonia no pensamento político mundial. Prescrições como abertura de mercados, redução do papel do Estado na economia, desregulamentação, flexibilização de direitos trabalhistas, privatização, garantia da propriedade intelectual e redução dos gastos sociais por meio de medidas de austeridade fiscal eram exigidas, sob pena de retaliações comerciais, aos países endividados que precisavam recorrer aos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio.

Alguns movimentos internacionais, como a revolta dos zapatistas no México e as greves na França eram vozes independentes que procuravam inspirar um contraponto. Mas o contexto histórico parecia mesmo induzir os jovens à desilusão política. Como notou Leite (2003, p. 24), com a aceleração das medidas

de enfraquecimento do Estado, sobretudo em virtude dos processos de privatização (que fortaleciam a iniciativa privada) e da globalização (que fortalecia organismos multinacionais em detrimento das políticas internas dos Estados), o final do século XX foi marcado por um nítido declínio de legitimidade do sistema de representação política, verificável nos altos índices de abstenção eleitoral, no desengajamento partidário e no descrédito geral da política, que naturalmente agravou a crise de representatividade nos partidos de esquerda.

Nesse sentido, parecia correta a percepção de que se tornava cada vez mais comum a emergência de grupos estudantis que, mesmo se aproximando dos ideais da esquerda, não queriam firmar relações orgânicas com os partidos. No Brasil, estudantes que buscavam um novo posicionamento participaram de protestos contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a corrupção no Senado, os apagões de energia elétrica e as privatizações. Mesmo assim, essas novas gerações, que sob a proteção das liberdades democráticas, passaram a ocupar as ruas de forma mais segura e, frequentemente, de modo festivo, costumavam ser recorrentemente comparadas, de modo desfavorável, aos tempos heróicos e idealizados do movimento estudantil dos anos 1960. E a despeito da ânsia por novos caminhos para a participação política, passaram a ser interpretadas, à esquerda e à direita, como meros jovens alienados que gostavam mais da farra das passeatas do que dos temas políticos propriamente ditos.

Essa noção parece ter sido desenvolvida nos anos 1980, período de abertura democrática e da experimentação de uma nova geração de jovens

que, sob a paranoia dos pais, em uma relação que oscilava entre o receio e o desprezo em relação ao Estado, redirecionaram o exercício da rebeldia política para esfera comportamental. Assim, influenciados, de certo modo, pelas intuições tropicalistas, essa nova geração de rebeldes pós-modernos atuava no seio da cultura de massa e fazia da autoironia, da festa colorida e da ridicularização dos valores do “mundo adulto” a sua expressão política. Talvez uma das principais expressões desse deslocamento tenha sido o rock nacional, que sob a aparência da frivolidade, celebrava rebeldias juvenis no campo comportamental enquanto deixava a luta partidária de lado.

Esse deslocamento da rebeldia política jamais foi compreendido pelas esquerdas tradicionais, que sob a influência da noção de indústria cultural, não conseguia enxergar nada além de alienação na cultura juvenil – mesmo quando as manifestações eram políticas, na concepção mais tradicional. Por tudo isso, até mesmo no *impeachment* de Collor, em 1992, circulava a impressão de que a maioria daqueles jovens ativistas, embora tomassem para si a façanha de ter derrubado um presidente, gostavam das passeatas, sobretudo porque elas haviam se tornado um divertido ponto de encontro de tribos urbanas (MENESES, 2002). Na verdade, até hoje perdura a noção constrangedora de que a maior influência daqueles jovens supostamente revolucionários havia sido uma minissérie da Globo, Anos Rebeldes, e não uma consciência política legítima.

O “espírito de Seattle” e o Fórum Social Mundial

Contudo, o fim de século estava prestes a ser sacudido por outra geração de jovens ativistas que, articulando-se com pioneirismo na Internet, apren-

deram a reinventar as formas de protestos de rua e provocaram transformações significativas nas táticas de ação política global. O movimento estudantil internacional, buscando recuperar referências do anarquismo e da Internacional Situacionista dos anos 1960, voltou a se interessar pela ação política independente e, identificando com mais clareza as contradições da globalização, deixou de se constranger, assumiu sua identidade e passou a defender e praticar abertamente essas novas práticas políticas, como ocupações e festas de rua, ações de desobediência civil e inúmeras mobilizações para expressar sua discordância em relação aos modelos da globalização.

Desde meados da década de 1990, uma série crescente de protestos organizados por inúmeras entidades e movimentos internacionais já era realizada em diversos países. Mas o grande evento catalisador estava prestes a ocorrer: em novembro de 1999, por ocasião de uma reunião da OMC em Seattle, nos EUA, cerca de 50 mil manifestantes literalmente bloquearam a cidade, impediram o deslocamento dos líderes mundiais e contribuíram efetivamente para o fracasso de várias reuniões onde seriam firmados novos acordos de liberalização comercial. Esse evento, considerado um grande marco do protesto social, provocou uma transformação significativa no imaginário político internacional daquele final de século e parecia prenunciar a emergência de novos atores na luta política global.

O chamado “espírito de Seattle”, demonstra Leite (2003), parecia ter a força e o simbolismo necessários para inspirar novas formas de ação política radical entre os jovens rebeldes que aprendiam rapidamente a se articular pela Internet. Com a magnitude dos pro-

testos, os ativistas conseguiram produzir um “grande evento midiático” e um verdadeiro “acontecimento político” que convocou a solidariedade das mais diversas organizações internacionais e favoreceu uma atmosfera propícia para a construção de uma identidade em comum. A partir de então, todos aqueles grupos distintos fariam um esforço para se ver como integrantes de um mesmo processo histórico.

Essa identificação foi essencial para que o movimento se alastrasse. E foi assim que, nos anos seguintes, todos os encontros importantes de organismos internacionais passaram a ser alvo de mobilizações de protesto, tal como a reunião do G8, realizada em julho de 2001 na cidade de Gênova, na Itália. Em contraposição às ideologias dominantes que atuavam em nome da mercantilização de todas as esferas da vida social, erguia-se um “movimento de movimentos” para manifestar a ideia de que “o mundo não é uma mercadoria” e que “o mundo não está à venda” (LEITE, 2003, p. 11). Contrariando a celebração da globalização liberal, parte significativa do discurso ativista de esquerda nesse período trouxe à tona algumas contradições desse processo, como o poder excessivo das grandes corporações, o deterioramento das tradições, o esfacelamento dos laços comunitários e o atropelamento das identidades coletivas pelos grandes conglomerados de mídia.

Leite (2003) observa que as novas práticas de resistência que emergiam no cenário político internacional estavam situadas em um contexto ao qual Harvey (1992) chamou de “compressão do espaço-tempo”, marcado por um conjunto de transformações econômicas, sociais e tecnológicas que se complementavam para tornar o mundo “menor” e

“mais integrado”. Deste modo, ativistas perceberam que grande parte dos problemas domésticos relacionados ao meio ambiente, aos direitos humanos, à proteção do trabalhador, à promoção da cultura e ao desenvolvimento econômico e social deveria ser enfrentada por meio de iniciativas articuladas a partir de uma perspectiva global – ou “glocal”, neologismo que passou a empregado para se referir às conexões entre global e local (TRIVINHO, 2005, p. 61).

Por se tratar de uma mudança social, econômica e cultural, a dinâmica havia acelerado não apenas o ciclo de rotação de capital, mas também as “relações sociais, os contatos e as mudanças culturais”. As tecnologias e as novas mídias forneciam a base técnica para novos avanços na mundialização do capital por meio de “novos métodos de gestão e organização de trabalho”, “novas práticas culturais” e “novas formas de apreensão” da realidade. “Junto com a compressão do espaço-tempo, isso produz nas novas gerações uma subjetividade distinta, mais afeita à disputa dos simbolismos da sociedade do espetáculo globalizada” (LEITE, 2003, p. 35). Em outras palavras, ao contrário das gerações anteriores, os jovens daquele período estavam dispostos a empregar as novas tecnologias de comunicação para potencializar o impacto midiático de suas ações. E foi precisamente essa habilidade que conferiu ao movimento global boa parte do seu dinamismo e de sua energia para sensibilizar antigos militantes e outros movimentos sociais.

No contexto desses protestos surgiu a primeira grande iniciativa de mídia alternativa global organizada em rede: o *Independent Media Center* (INDYMEDIA, [s.d.]). Essa rede foi criada por várias orga-

nizações e ativistas em 1999 para propor uma visão alternativa às coberturas jornalísticas dos protestos contra a Organização Mundial de Comércio em Seattle. A rede se articulava por meio de um *site* que permitia a publicação de qualquer usuário que quisesse se tornar um colaborador. Assim, ativistas e jornalistas veiculavam relatos, análises, entrevistas e fotografias sobre o evento, oferecendo pontos de vistas alternativos às grandes mídias. Em 2002 já existiam 90 sites do *Indymedia* em 31 países – incluindo o Brasil, com o Centro de Mídia Independente, que afirmava o compromisso de não se tornar “porta-voz oficial de qualquer organização ou movimento em particular” (TARGINO, CARVALHO, GOMES, 2008, p. 65).

A geração anterior, constituída pelos expoentes da contracultura dos anos 1960, era ambivalente em relação às tecnologias. No contexto da época, a informática estava mais ligada à guerra e ao consumismo, assim como a cibernética parecia, acima de tudo, um instrumento de desumanização. Grande parte da rebeldia do período era direcionada precisamente à emergência da “tecnocracia”, aquela formação social que, como definiu Roszak (1972), se organizava a partir dos valores da engenharia social, da modernização, da racionalização e do planejamento, em que questões da política, da educação, da cultura e até mesmo dos temas cotidianos – tal como o comportamento sexual, a saúde mental e o lazer – passam a ser administradas a partir de suas dimensões técnicas.

Contudo, a partir do desenvolvimento da microeletrônica, nos anos 1970, ativistas se convenceram de que as tecnologias de comunicação em pequena escala poderiam ser apropriadas pelos rebeldes, que

enfim se sentiram capazes de subverter a ordem a partir dos próprios recursos tecnológicos criados pelos governos e pelo capitalismo. Turner (2005) observa que o processo pelo qual uma nova geração de universitários passou a dedicar-se à experimentação de tecnologias como ferramentas para a realização do espírito comunitário – tal como a criação das primeiras comunidades virtuais e suas redes de compartilhamento de dados – ajuda a explicar parte da influência da contracultura dos movimentos *hacker* e, por extensão, como podemos deduzir, no ativismo digital.

Naquele final do século XX, os ativistas de Seattle já tinham superado essas contradições e atuavam com plena desenvoltura para articular suas ideias e suas lutas pela Internet. E é claro que essas habilidades foram decisivas para a mobilização em massa, realizada sob o nariz dos líderes mundiais. Como mencionou um analista: “o sucesso do movimento cívico em Seattle não constitui um mistério senão para aqueles que não contribuíram para ele” (LEITE, 2003, p. 44). Ou seja, enquanto os dirigentes simplesmente ignoravam as movimentações em rede, dezenas de milhares de ativistas articulavam suas ações pela Internet ao longo de todo o ano de 1999.

É interessante notar que toda essa dinâmica juvenil procurava se definir a partir da noção de que a humanidade vivia uma nova época histórica. Uma das obras mais influentes do período, o livro *Era dos extremos*, de Eric Hobsbawm (1995), contribuiu para firmar no imaginário político a ideia do “breve século XX”, que teria se iniciado com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, e terminado em 1991, com o colapso da União Soviética. Ou seja, aqueles jovens ativistas pareciam sentir que estavam inaugurando o século

XXI e definindo os termos da ação política do futuro, marcados por uma relação nova e intensa com as mídias. Essa mitologia do amanhecer de um novo tempo é sempre atraente, sobretudo para jovens idealistas que, destituídos da herança de um passado heróico, que lhes era sistematicamente negada, mostravam-se ávidos por símbolos que expressassem sua originalidade no exercício de contestação à ordem.

Desde Seattle, o movimento mundial contra a globalização capitalista empolgava a juventude, despertava esperanças, estabelecia as utopias e reconstruía o sentido de uma história aberta, feita pelos próprios seres humanos, por suas escolhas e lutas. (LEITE, 2003, p. 57).

Era evidente que parcela significativa daquela geração de ativistas rejeitava a política tradicional e buscava formas de ação mais independentes (MENA, 2001). “Estamos vendo uma clara mudança de modelos de atuação. Os canais tradicionais de fazer política estão esgotados e, nesse espaço, entram as manifestações espontâneas de rua e a força da internet como uma nova arma para esses grupos”, afirmou um analista na época. A noção geral era que aquelas novas tendências não deveriam ser enquadradas nos rótulos definidos do marxismo, do socialismo ou do anarquismo. “É, de certa forma, a mesma bandeira antiautoritarismo dos protestos de 68, porém sem retomar refrões dos movimentos anteriores”, argumentou outro analista no período (ASSIS, 2001).

Todos aqueles movimentos convergiriam, em 2001, no Fórum Social Mundial, consequência direta dessa mobilização global, e que se tornaria uma das mais interessantes novidades políticas que contribuíram para delinear a organicidade dessa diversidade

de causas. Nesse evento, definido por sua carta de princípios como um “espaço aberto de encontros” de caráter “plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário”, os ativistas dos mais diversos movimentos organizaram dezenas de debates, plenárias e oficinas para articular suas lutas e estabelecer calendários de protestos. Para Leite (2003, p. 12), ao constituir-se como um espaço aberto auto-organizado pelos próprios participantes, ao tempo em que os partidos políticos eram deslocados para a condição de coadjuvantes, o Fórum propôs “uma nova forma de fazer política, um espaço que tem como referência a ideia de rede, estruturada horizontalmente, e não a pirâmide hierárquica, de modo a reduzir os pontos de disputa e potencializar a dinâmica de encontro, diálogo e colaboração”. Leite considera o FSM um ambiente de trocas que deixam marcas profundas nas vidas dos participantes. “Eles estão conectando as resistências, construindo as alternativas ao neoliberalismo e tendo um papel protagonista na organização da esquerda do século XXI” (LEITE, 2003, p. 12).

Alguns dos principais temas discutidos no Fórum seriam constantemente retomados no decorrer da década pelo movimento estudantil. Entre os assuntos presentes nos documentos oficiais, que são inúmeros e de difícil sistematização, o fórum dedicou-se, por exemplo, à discussão sobre abolição da dívida dos países pobres; controle de capitais para redistribuição de riqueza; controle público das empresas transnacionais; defesa dos direitos dos trabalhadores; estímulo aos sistemas públicos de saúde e educação; soberania alimentar; direitos dos emigrantes e combate ao tráfico de pessoas; desarmamento e desmilitarização;

promoção de direitos humanos; defesa da identidade dos povos, além das propostas sobre a criação de novas instituições internacionais de governança global.

Além desses temas clássicos do pensamento de esquerda, o Fórum discutiu também alguns assuntos emergentes, como as práticas de economia solidária; as estratégias de desenvolvimento sustentável e as políticas de democratização dos meios de comunicação, temas que estariam particularmente presentes nos debates da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecom).

É importante observar que algumas publicações de esquerda, especialmente a revista *Caros Amigos*, lançada em abril de 1997, tiveram papel importante ao levar às bancas de jornal o debate sobre globalização, neoliberalismo e "pensamento único", exercendo influência entre estudantes politizados que buscavam referências naqueles tempos de crises ideológicas.

A Enecom

Naquele início de século, quando o movimento estudantil encontrava-se em crise de representação, a Enecom também estava ansiosa para estabelecer mudanças no estatuto da organização e encontrar seus próprios caminhos. A entidade experimentava muitas disputas internas em torno da estrutura do movimento e buscava uma forma de envolver os estudantes nos debates para que todos se sentissem responsáveis pela "construção coletiva" da entidade. Em um seminário em 2000, os estudantes registraram que

Esse processo mostrou que a prática democrática é transformadora e formuladora e isso ficou refletido no conteúdo dos debates, onde predominou uma con-

cepção descentralizadora para o movimento, destacando a importância de cada estudante e Centro Acadêmico como ator no processo de construção do Movimento de Comunicação. (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 2).

Os grupos de discussão procuravam debater “as razões que levam o movimento a existir, quem ele representa e a melhor maneira de articulá-lo nacionalmente”, assim como “seu papel, sua forma de trabalho e sua relação com Centros e Diretórios Acadêmicos”. É interessante notar o empenho por organização e formalização meticulosa das práticas – certamente uma reação de defesa perante a perplexidade das crises que os desnorream. Os debates eram norteados por um “roteiro” e as questões formuladas “de forma a criar uma estrutura lógica” para que os temas passassem por uma “sistematização” e “ganhassem uma linha coerente no debate” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 3). Mas havia um grande problema: a reduzida participação de alunos nos encontros. Deste modo, eles passaram a estimular um “maior envolvimento dos participantes nos fóruns” e, talvez ainda mais importante, buscar formas de “manter vivas as discussões depois que os eventos acabam” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 7).

Na relatoria final do Seminário, a Enecos admitia que havia “falta de representatividade” nas escolas e, por isso, era necessário uma maior divulgação da própria entidade. “O fato de haver sempre pessoas novas no movimento faz com que seja necessária uma politização constante nos debates” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 3). Os participantes alertavam para a “pouca relação” que o

“movimento de comunicação” mantinha com os movimentos sociais, criticavam o “fraco intercâmbio” entre universidade e sociedade e defendiam que o movimento estudantil desempenhava um papel importante na resistência contra uma sociedade mercantilista. “Sua capacidade de alcançar e envolver as pessoas, buscar e criar espaços onde cada estudante possa ouvir e falar é fundamental para a luta por uma sociedade melhor.” Daí a importância que a Enecos conferia às regionais, consideradas “fundamentais para difundir as ideias do movimento” e aumentar o poder de atuação (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 6).

Segundo o documento, um dos aspectos mais debatidos no seminário de 2000 foi a responsabilidade da Enecos em “formular políticas públicas para a área e atuar como um movimento social, com a bandeira da Democratização” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 4). Os centros e diretórios acadêmicos deveriam atuar na produção de material, articulando-se como “núcleos de produção”. Para estruturar o movimento nacional, o documento ressaltou a importância da “mobilização do cotidiano” por meio da realização de semanas de calouros, concursos, núcleos de trabalho e outras “atividades que estimulem a participação”. A organização interna deveria ser pautada pela “horizontalização dos trabalhos”, o que consistia no “fortalecimento dos Centros Acadêmicos nas atividades da Enecos”. Sobre o trabalho dos coordenadores, foi levantada a necessidade da criação de uma agenda de planejamentos internos, “além do mapeamento constante do envolvimento das escolas de todo o Brasil com o movimento” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 6).

O documento alertava sobre alguns problemas típicos de uma organização democrática: a Enecos gastava “um bom tempo em torno das eleições em detrimento dos trabalhos”, de modo que todo o processo de formação de chapas, formulação de programas e campanhas eleitorais internas fazia com que a gestão propriamente dita se deslocasse para o segundo plano e demorasse a decolar (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 6). Havia dúvidas sobre a exigência de os gestores terem que trancar o curso para se dedicar com exclusividade aos trabalhos e às visitas aos lugares distantes – uma prática comum entre líderes estudantis. Os estudantes também tinham muitas dúvidas sobre as melhores formas de captar recursos para financiar o movimento. “Hoje falta uma (sic) amadurecimento do movimento em definir as prioridades orçamentárias e assumir quais são as fontes de recursos” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 6).

Os gestores entendiam que os encontros regionais eram oportunidades importantes para “alavancar a integração” entre os cursos e ampliar o contato político do movimento com os estudantes. “Em contrapartida, foi argumentado que o critério para a escolha da sede deve ser estratégico para o movimento nacional de forma a potencializá-lo e fortalecê-lo politicamente.” O documento criticou a proliferação de “oficinas de curtição e sem objetivo”, além do esvaziamento dos painéis. “Também as oficinas de ideias foram criticadas por serem sempre vivenciadas pelas mesmas pessoas” (SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO, 2000, p. 8).

Em 2001, havia sido decidido que a diretoria da Enecom deveria ser formada por coordenadores re-

gionais, por secretários de comunicação e finanças e pelas regionais. Além disso, a taxa de filiação seria extinta e o membro deveria firmar sua ligação de acordo com sua articulação política (PYCANÇO, 2001, p. 1).

Mas as tensões do período levaram a Enecom a manter um discurso crítico em relação ao movimento estudantil tradicional, cada vez mais associado a uma prática considerada ultrapassada. “A UNE [...] reflete com fidelidade uma juventude que desaprendeu a contestar e é refém de sentidos comuns que imperam em nossa sociedade, como o individualismo e o conformismo”, (VALENTE, 2001) escreveria um aluno de Jornalismo no jornal da entidade.

Considerações finais

Visto em retrospectiva, notamos que a linguagem comum simplificada na cultura política dos meios estudantis já indicava as pautas que se consolidariam no decorrer da primeira década do século XXI. Como observamos, tanto nos jornais estudantis quanto no seminário da Enecos tornaram-se frequentes termos como “construção coletiva”, “prática democrática”, “práticas transformadoras e formuladoras”, “descentralização”, “processo de construção do movimento”, “estímulo ao envolvimento”, “politização dos debates”, “aproximação com movimentos sociais”, “resistência”, “formulação de políticas públicas”, “mobilização do cotidiano”, “articulação”, “sistematização”, “núcleos de produção”, “horizontalização dos trabalhos”, “planejamento”, “mapeamento”, “intercâmbio” e “criação de espaços”.

Todos esses termos contribuíram para firmar um conjunto de valores que mais tarde seriam cristali-

zados nos discursos do movimento estudantil e de outras experiências de organização mais flexíveis e estruturadas sem as burocracias de uma organização democrática, tal como os coletivos de artistas, produtores culturais e ativistas, por exemplo. Atualmente, a própria Enecos enfatiza que suas principais bandeiras de atuação, ao lado da qualidade de formação do comunicador, são a democratização da comunicação e o combate às opressões.

Contudo, concluímos que, naquele período, em uma reação às perplexidades diante daquelas crises ideológicas que, como vimos, condicionaram a formação da cultura política de toda uma geração de estudantes no início do século XXI, o Enecom realizado em 2000 foi marcado mais pelo esforço dos estudantes em refletir, organizar suas práticas e buscar uma nova identidade do que pela formulação de diretrizes político-pedagógicas objetivas no campo do ensino de Comunicação. Ou seja, reflexo de tempos de crise no movimento estudantil, a razão de ser da organização – qual seja, a qualidade na formação do comunicador – foi suplantada pelas discussões acerca das práticas internas e do próprio papel que a organização deveria cumprir naquele novo contexto. Com tudo isso, a influência do chamado “Espírito de Seattle” e do Fórum Social Mundial na Enecos foram notáveis, sobretudo quando observamos a convergência das pautas e das propostas de métodos de trabalho, particularmente no que diz respeito à questão da democratização da comunicação e aos encaminhamentos sobre a necessidade de desvincular-se dos partidos políticos e aproximar-se dos movimentos sociais.

Referências

- ASSIS, D. Caos organizado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq3001200206.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1985.
- DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ENECOS – EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO. **Histórico**. Disponível em: <<http://enecos.com.br/somos-enecos/historico>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- FRIAS FILHO, O. Consulta aos universitários. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jun. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1406200107.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- FUKUYAMA, F. The end of history. **The national interest**, Washington, n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24027184>> Acesso em: 29 mar 2017.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INDYMEDIA – INDEPENDENT MEDIA CENTER. Disponível em: <<http://www.indymedia.org/pt/static/about.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- LEITE, J. C. **Fórum Social Mundial**: a história de uma invenção política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- MENA, F. De volta às ruas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 jun. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhateefm0406200101.htm>>. Acesso em 19 nov. 2015. (Folhateen).
- MENESES, C. Dispersão política marca caras-pintadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2909200215.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300008&lng=en&nrm=1>. Acesso em: 19 nov. 2015.

PYCANÇO, M. Plenária aprova mudanças no estatuto da executiva. **Ecos**: jornal da Enecos, p. 1, ano 1, n. 1, jun 2001. Disponível em: <http://issuu.com/enecos/docs/2001_-_ecos_-_ano_1_-_n_mero_1>. Acesso em: 19 nov. 2015.

RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSZAK, T. **A contracultura**: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.

SEMINÁRIO IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO. 2000, Vitória. **Relatório final**. Vitória, 2000. Disponível em: <http://issuu.com/enecos/docs/2000_-_relatoria_final_-_semin_rio_identidade_em_c>. Acesso em: 19 nov. 2015.

SINECURA ESTUDANTIL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 ago. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1408200103.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

TARGINO, M. G.; CARVALHO, C. P.; GOMES, A. D. Centro de Mídia Independente Brasil: jornalismo cidadão e democracia representativa. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 9, n. 16, p. 50-66, jan.-jun. 2008. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/700/547>. Acesso em: 19 nov. 2015.

TRIVINHO, E. Comunicação glocal e cibercultura. Bunkerização da existência no imaginário mediático contemporâneo. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, jan.-abr. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6385>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

VALENTE, R. Manifesto ao 47º congresso da UNE: por uma nova cultura no movimento estudantil. **Ecos**: Jornal da Enecos, ano 1, n. 1, jun. 2001. Disponível em: <http://issuu.com/enecos/docs/2001_-_ecos_-_ano_1_-_n_mero_1>. Acesso em: 19 nov. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANDRÉ AZEVEDO DA FONSECA

Professor e pesquisador no Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em História (Unesp) com pós-doutorado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea (UFRJ). Coordenador do Grupo de Pesquisa Comunicação e Imaginação Social (Imagicom).